AÇÕES EXECUTADAS NA SR(10)/SC;

PROPOSTAS DE MELHORAMENTO DAS ATIVIDADES NA SR(10)

CONFORME GRAU DE PRIORIDADE DENTRO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INCRA

Levantamento construído pelos associados da ASSINCRA/Fpolis.

Florianópolis, 25 abril de 2011.

"A história econômica e social de Santa Catarina está para ser escrita. O que existe é história cronológica, o que existe é história de fatos que, muitas vezes, não tem o encaminhamento necessário".

(Walter Fernando Piazza)

APRESENTAÇÃO

O presente material tem a intenção de proporcionar ao leitor uma leitura objetiva das atividades realizadas na Superintendência Regional de Santa Catarina do INCRA – SR(10)/SC.

Ademais, o trabalho realizado pelos filiados da ASSINCRA/Fpolis, iniciado na Assembléia do dia 18 de abril de 2011, pretende também, elucidar a importância da Reforma Agrária no Estado de Santa Catarina, face às inconseqüentes propostas de reestruturação da Autarquia sem conhecimento das especificidades regionais do território brasileiro, e sem prévia discussão do modelo de Reforma Agrária abraçado pelo Órgão.

Nessa intenção, propomos um gradiente de prioridades das ações realizadas no INCRA/SC, evidenciando o grau de importância das ações da Instituição no estado.

Dois tipos de ações foram incluídas nos principais processos realizados pelo INCRA, a saber: Ações já realizadas na Regional – identificadas pelo símbolo acertivo ☑ ; e Ações não realizadas na Regional, mas que demandam de realização, conforme julgam os servidores do INCRA – identificadas pela box sem preenchimento ☐.

Os processos elencados nesta contribuição tratam-se dos três grandes eixos de atribuições do INCRA, quais sejam: ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA; OBTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS; e DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS.

Além desses, não menos importantes, temos algumas considerações sobre a gestão do Instituto a qual deve necessariamente espelhar compromisso de acordo com os itens a seguir:

i. Gestão do INCRA pautada pela participação, transparência, equidade, moralidade e respeito para com o conjunto dos servidores e servidoras e com a sociedade de forma geral;
ii. Condições isonômicas de trabalho para todos os servidores e servidoras (tratamento, equipamentos e estrutura);

iii. Participação ativa dos servidores no processo de escolha dos cargos de Chefia. Sugestão: os servidores de cada Divisão elaborariam uma listra tríplice para os cargos de Chefia, ficando a cargo da Superintendência a escolha final do nome;
iv. Combate a todo tipo de assédio moral por parte da Chefia, especialmente nos casos de desvios de funções e atribuições de cada servidor no desempenho de suas atividades;
v. Realização de reuniões periódicas nas Divisões para planejamento e avaliação dos trabalhos realizados, incorporando nesta discussão as demandas apresentadas pelos movimentos sociais;
vi. Criação de um fórum participativo com representantes de movimentos sociais, servidores e gestores, com o intuito de planejar, avaliar e monitorar a execução da política de Reforma Agrária no estado;
vii. Resgate e reafirmação das discussões feitas entre os servidores e a Direção da Autarquia para avaliação e planejamento estratégico das ações, por ocasião da realização de Oficina Temática, em outubro/2009, sob a coordenação da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA – CNASI;
viii. Promoção de debate permanente entre direção e servidores sobre a reestruturação/futuro do INCRA e da Reforma Agrária em nível nacional e regional;
ix. Realização de um mapeamento dos cargos e funções das Superintendências, buscando adequar cada servidor de acordo com a sua formação, capacidade e disposição no desempenho das atividades em questão, compatibilizando as demandas e necessidades da instituição com as atribuições e potencialidades de cada servidor, evitando os desvios desnecessários de função;
x. Implantação e consolidação de uma gestão de recursos humanos calcada na permanente formação/capacitação dos servidores e servidoras, de acordo com suas áreas de atuação institucional e interesses estratégicos, com vistas à agregação de valor ao serviço final prestado ao público da Reforma Agrária;
xi. Cumprimento da Regimento Interno da Autarquia, adequando as atividades desempenhadas às respectivas Divisões e Serviços;
xii. Participação efetiva dos servidores e servidoras no setor/equipe de planejamento estratégico;
xiii. Disponibilização de motoristas (através de contratação por licitação) para todos os servidores no desempenho das atividades de campo, uma vez que há uma sobrecarga de trabalho do servidor que executa atividades de campo, com acúmulo de funções;
xiv. Combate e apuração devida de atos que depõem contra princípios éticos, principalmente no trato com a coisa pública e com os recursos humanos da instituição;
xv. Realização de concursos públicos para sanar as demandas existentes de profissionais técnicos e analistas em Reforma e Desenvolvimento Agrário;
xvi. Capacitação técnica dos servidores para desempenharem suas funções com o máximo êxito, inseridos em cada Divisão.

A Diretoria da ASSINCRA/Fpolis.
Gestão “Novos Rumos”

ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

CARTOGRAFIA; REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA; FISCALIZAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS, CADASTRO E CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS, REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

- ☐ Concurso Público para técnicos e analistas a fim de atender as demandas deste Eixo/Processo
- ☑ Avaliação de Imóveis em Territórios Quilombolas;
- ☐ Operacionalização de parceria com a Receita Federal evitando a sonegação de ITR;
- ☐ Multa sobre imóvel indevidamente cadastrado;
- ☐ Operacionalização do CNIR – cadastro unificado com a Receita;
- ☑ Classificação de Imóveis Rurais;
- ☑ Gerenciamento de Imóveis Rurais;
- ☑ Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios quilombolas – *13 Processos a serem analisados;*
- ☑ Titulação de Territórios Quilombolas;
- ☐ Elaboração de Laudo Sócio-Econômico Ambiental para o estudo de viabilidade de Emancipação de PA;
- ☐ Emancipação de Projetos de Assentamento, conforme estudo de viabilidade;

- ☑ Certificação de imóveis rurais;
- ☑ Responder Processos Judiciais;

- ☑ Cancelamento de Cadastro (transformação em área urbana);
- ☑ Desmembramento de Imóveis Rurais;
- ☑ Aquisição e Controle de Imóveis Rurais por estrangeiros;
- ☑ Parcelamento de imóveis Rurais para fins urbanos;

- ☑ Titulação de famílias assentadas.

OBTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS

OBTENÇÃO DE TERRAS; SIPRA; LICENCIAMENTO E MANEJO AMBIENTAL

☐ Revisão dos Índices de Produtividade;
☐ Limite da Propriedade da Terra;
☑ Gestão Ambiental (Licenciamento e Manejo);
☑ Ações para cumprimento das medidas compensatórias e mitigadoras;
☑ Vistoria, Avaliação e Perícia de Imóveis Rurais com vistas a verificação do cumprimento da Função Social da Propriedade Rural;
☐ Compra e Venda de Terras para fins de RA com laudo de vistoria e avaliação, respeitando a legislação ambiental;
☐ Regulamentar em lei os aspectos ambientais e trabalhistas no cumprimento da função social dos imóveis rurais, assim como os já existentes para o fator "produtividade";
☐ Fiscalização da Propriedade com priorização do cumprimento da Função Social por equipes multidisciplinares (efetiva desapropriação de áreas onde haja trabalho escravo e desrespeito da legislação ambiental – *resgate destas variáveis na ação de desapropriação*);
☐ Cadastro de famílias acampadas pelo INCRA;
☐ Cadastro e Seleção de Famílias através do cumprimento dos normativos do INCRA, com extensão a todo público rural;
☐ Atualização dos módulos do SIPRA e revisão operacional do Sistema, incorporando os dados sócio-econômicos e geográficos dos projetos de assentamento;
☐ Intensificação do processo de retomada de lotes vagos para assentamento de novas famílias (atualmente existem 562 lotes vagos no estado – em 18/04/11);
☑ Criação de Projetos de Assentamento;
☑ Acompanhamento dos preços das terras nas regiões de atuação;
☑ Diagnóstico Regional de áreas;
☑ Defesa Técnica em Processos Administrativos e Judiciais;

☐ Publicação do Manual do SIPRA.

ALTA

MÉDIA

BAIXA

DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS

DESENVOLVIMENTO DE PAs; EDUCAÇÃO E CIDADANIA; INFRA-ESTRUTURA; SIPRA

☐ Garantia de recursos e infra-estrutura necessários para fiscalização e acompanhamento das atividades desenvolvidas;
☐ Concurso Público para contratação de Eng. Civis para acompanhamento e fiscalização das obras de infra-estrutura;
☑ TERRA-SOL (análise de projetos de implantação de agroindústrias em PAs);
☑ Aplicação de crédito instalação em Projetos de Assentamento;
☑ Infra-Estrutura em Projetos de Assentamento;
☑ Fiscalização e Acompanhamento de ATES/ATER;
☑ PRONERA (Educação de jovens e adultos no campo);
☐ Suplementação em R$ 80.000.000,00 no orçamento do PRONERA;
☐ Aumento do valor/ano em todas as modalidades de cursos geridos pelo PRONERA;
☐ Facilitação do processo de concessão de bolsas pelo CNPQ – PRONERA;
☑ Análise dos projetos de PDA e PRA (1.000 famílias a serem contempladas para o ano de 2011, além de 14 projetos em análise num total de 510 famílias);
☑ Controle, Acompanhamento e Emissão de DAP e Carta de Anuência – PRONAF;
☑ Emissão de Contrato de Concessão de Uso - CCU;
☐ Atualização do módulo PPROJETO no SIPRA, para fins de emissão do CCU;
☐ Publicação do Manual de Aplicação do Crédito Instalação;
☐ Publicação do Manual de ATER;

☐ Assinatura e Publicação de novo manual do PRONERA;
☑ Regularização de famílias em Projetos de Assentamento (cadastro, reintegração de posse, notificações);
☐ Garantir a participação das organizações dos assentados no planejamento do trabalho das entidades contratadas para o serviço de ATES;
☑ Manutenção do caráter tripartite da gestão do PRONERA (Movimentos, INCRA e instituições de ensino);

ALTA
MÉDIA
BAIXA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as propostas e considerações aqui observadas ganham verdadeiro sentido se houver uma ampla discussão na elaboração do III Plano Nacional de Reforma Agrária. Deveras, essa discussão tem sido adiada, e até mesmo ignorada, por parte das representações governamentais desde a Nova República.

Qualquer proposta de reestruturação do INCRA só pode ser o resultado de uma ampla discussão nacional envolvendo Movimentos Sociais, servidores do INCRA, e demais entidades relacionadas com a temática da Reforma Agrária.

Esse documento é fruto do entendimento conjunto dos servidores da SR(10)/SC envolvendo as peculiaridades dos trabalhos desenvolvidos no estado de SC, que, em muitos casos, coincidem com as ações e demandas de outras Regionais.

Em face de toda a conjuntura, principalmente, do reduzido tempo, as propostas apresentadas são minimamente necessárias para se conduzir as atribuições delegadas ao INCRA.